

Políticas linguísticas e a língua portuguesa na sociedade guineense

Language policies and the Portuguese language in the Guinean society

David IÉ¹
Gislene Lima CARVALHO²

Resumo: As políticas linguísticas são ações que visam ao tratamento das línguas em determinada sociedade. O presente trabalho é fruto de uma reflexão sobre essas políticas e sua relação com o *status* e a aprendizagem da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Neste sentido, buscamos apontar os fatores que interferem no falar português por parte dos guineenses e as ações linguísticas referentes a eles. Para isso, apresentamos uma discussão teórica acerca das políticas linguísticas baseando-nos em autores como Oliveira (2016), Garcez e Schulz (2016), entre outros, e buscamos exemplificar como tais políticas impactam no falar português na sociedade guineense. Com este objetivo, aplicamos questionários aos alunos guineenses da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), nas quais se abordou o aprendizado da língua portuguesa naquele país. Após a pesquisa, concluímos que o pouco contato com a língua oficial e a questão do multilinguismo são fatores que afastam os guineenses da língua portuguesa. Nesse sentido, a realização e ampliação de algumas políticas linguísticas poderiam ajudar os estudantes guineenses a superar as dificuldades que enfrentam com relação à aprendizagem da língua portuguesa. Algumas dessas ações seriam: propiciar mais contato com a língua portuguesa aos guineenses; aceitar o ensino de língua portuguesa como segunda língua dos guineenses e adaptá-lo à realidade multilíngue do país; participação dos guineenses em cursos médios de língua portuguesa oferecidos por ações da comunidade e das embaixadas do Brasil e de Portugal. Acreditamos que tais medidas poderiam diminuir as dificuldades encontradas por falantes guineenses no que concerne à língua portuguesa.

Palavras-chave: Políticas linguísticas; Português Guineense; Identidade linguística.

Abstract: Linguistic policies are actions that aim at the treatment of languages in a given society. The present paper resulted from a reflection on those policies and their relation with the status and learning of the Portuguese language in Guinea-Bissau. In this sense, this research looked for pointing out factors that interfere with the Portuguese speaking by Guineans and linguistic actions related to them. Thus, it presents a theoretical discussion about the linguistic policies based on Oliveira (2006) and Garcez and Schulz (2006) when this paper exemplifies policies with data collected from interviews with Guinean students of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB) in which the learning of the Portuguese language in that country was approached. The research concludes that the development and expansion of some language policies could help Guinean students to overcome some difficulties they have in learning the Portuguese language. Some of these actions should be providing more contact with Portuguese to Guineans; increasing access to reading in Portuguese; accepting the teaching of Portuguese as a second language and adapting it to the multilingual reality of the country; fostering participation of Guineans in Portuguese language courses offered by community actions and the embassies of Brazil and

¹ Graduando da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção-Ceará. david94nina@gmail.com

² Professora Doutora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção-Ceará. gislenecarvalho@unilab.edu.br

Portugal. The conclusion is that such measures could reduce the difficulties of Guinean when speaking Portuguese.

Keywords: Linguistic Policies; Guinean Portuguese; Linguistic Identity.

Introdução

Guiné-Bissau é um país multilinguístico no qual convivem dezenas de línguas com a língua oficial, o português. Situado na África Ocidental, tem o português como língua oficial e várias línguas nacionais compõem o quadro linguístico do país, entre elas o crioulo, que é a língua de convivência do dia-a-dia entre os guineenses, além de, aproximadamente, 30 línguas étnicas. Considerando essa pluralidade linguística no contexto guineense, este trabalho tem como objetivo compreender como fatores linguísticos e políticos interferem no falar português para os guineenses.

O presente trabalho foi realizado através de estudo bibliográfico e pesquisa de campo, contando com a leitura de textos teóricos que abordam a questão das políticas linguísticas, do crioulo de Guiné-Bissau e das línguas nativas guineenses, além do ensino/sistema educacional guineense.

A realidade linguística da Guiné-Bissau é abordada em diferentes trabalhos, como aponta Couto (1989), na Guiné-Bissau encontram-se várias línguas, entre as quais o português que assumiu o status de oficialidade, o crioulo no espaço nacional e demais línguas faladas por cada etnia. Barbosa (2015, p. 26) afirma que:

Neste país, uma parte de habitantes é monolíngue e fala a língua nacional correspondente ao seu grupo étnico (balanta, manjaco, fula, mandinga, papel entre outras). Outros são bilíngues ou multilíngues, falando uma ou várias destas línguas além do crioulo veicular.

Isso significa que o país se encontra em um ambiente de multilinguismo. Pois, apesar do prestígio que o crioulo guineense vem conquistando como língua de interação social e de unidade nacional entre

os guineenses, a língua portuguesa, enquanto língua oficial, ainda é o instrumento de inserção dos guineenses no mundo da cultura escrita ou escolar, já que por questões políticas a língua portuguesa mantém-se como única língua de ensino-aprendizagem nas escolas do país.

Para discutir as questões acima elencadas, este artigo está composto por 5 seções. Na primeira seção, intitulada "Políticas linguísticas", discutimos o conceito do termo e suas implicações na sociedade. Na segunda seção, que aborda "As políticas linguísticas nos PALOP", discutimos a questão e sua contribuição para o retardamento do desenvolvimento dos países do PALOP; Na terceira seção, "Línguas nativas guineenses e a identidade dos falantes", abordamos a relação que existe entre língua e falantes no contexto guineense. Na quarta seção, temos "a língua portuguesa como oficial na Guiné Bissau" na qual discutimos o porquê de não ser colocada nenhuma língua nacional como oficial. Finalmente, na quinta seção, trazemos "Os fatores linguísticos e políticos que interferem no falar português na sociedade guineense" baseados nos questionários realizadas e, por fim, trazemos nossas considerações finais sobre este trabalho.

Políticas Linguísticas

As políticas linguísticas são estratégias de intervenção relacionadas às questões linguísticas de determinado país. De acordo com Oliveira (2016, p. 1), "são uma área das políticas públicas, concebidas e executadas por instituições que têm ingerência na sociedade, como os Estados, os governos, as igrejas, as empresas, as ONGs e associações, e até as famílias", isto é, a maior parte das políticas linguísticas é atribuída a instituições e recebem nomes diferentes quando inseridas dentro das outras políticas.

Segundo Garcez e Schulz (2016, p. 1), "muita gente que ouve a expressão 'políticas linguísticas' pela primeira vez pensa em algo solene, formal, oficial, em leis e portarias, em autoridades oficiais, e pode ficar se

perguntando o que seriam leis sobre línguas”. No entanto, as políticas linguísticas não se restringem a leis, elas podem partir de uma iniciativa pessoal ou de certo grupo de pessoas. Spolsky (2016, p. 33) as define como “fenômenos sociais, dependentes de comportamentos consensuais e das crenças de indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala”.

A decisão de uso de uma determinada língua requer planejamento e recai em questões políticas, de economia e poder. Neste sentido as políticas linguísticas andam em conjunto com o planejamento linguístico. Como aponta Oliveira (2004, p. 38):

é o conjunto de decisões que um grupo de poder, sobretudo um Estado, (mas também uma igreja ou outro tipo de instituições de poder menos totalizantes) toma sobre o lugar e a forma das línguas na sociedade e a implementação destas decisões.

Severo (2013), por sua vez, aponta que há duas vertentes políticas em questão, uma mais voltada às práticas oficiais e outra que considera as práticas locais e ideologias dos sujeitos. Sobre a segunda vertente, Spolsky (2016) as denomina como “práticas” e “crenças” linguísticas, fatores imprescindíveis para as políticas linguísticas.

A escolha de uma língua oficial em um contexto multilíngue implica diretamente na exclusão das demais línguas no sistema oficial do país. Portanto, no nosso dia-a-dia, deparamo-nos sempre com esse comportamento de linguagem em que uma língua é priorizada em detrimento de outra, portanto todos os atos linguísticos feitos pelo Estado são resultados de políticas e planejamento linguísticos com o objetivo não apenas de estabelecer melhor comunicação, mas de estabelecer questões de poder e *status* político e econômico. Neste sentido, Cooper (1989 *apud* Garcez e Schulz 2016, p. 2) define políticas linguísticas ou planejamento da linguagem como os “esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos linguísticos”.

Vale salientar que as políticas linguísticas não são sempre intervenção do Estado, conforme já discutido, podem partir de diferentes iniciativas, individual ou por ações comunitárias, pois as decisões sobre “fala” e idiomas utilizados na sociedade são decisões que independem do Estado. Sendo assim, políticas linguísticas também podem ser algo relacionado intimamente a um indivíduo. Confirmando essa ideia, Foucault (1999) afirmava que o poder não se limita ao Estado, mas que também pode ser encontrado em práticas locais e regionais. A seguir, trataremos algumas questões linguísticas nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

As Políticas Linguísticas nos Países Africanos De Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

Para tratar das políticas linguísticas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é necessário mergulhar no passado histórico desses países. É importante compreender quais eram as concepções do povo e dos líderes africanos, isto é, dos líderes dos partidos de libertação nacional nos países que hoje aderiram ao português como língua oficial, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

O que aconteceu nos PALOP foi que o método empreendido pelo sistema colonial e pós-colonial nos países africanos, em particular os que adotam a língua portuguesa como oficial, ignoraram as línguas encontradas lá e retardaram o desenvolvimento do PALOP, porque quando os colonizadores chegaram à África já viram os nativos com as línguas usadas nas suas comunicações, mas não quiseram privilegiá-las perante a sua presença, como se fossem línguas que não mereciam atenção. Sendo assim, a colonização criou uma política de “interiorização³ e inferiorização” das línguas nativas africanas.

³ Interiorização, nesse caso as línguas que têm forte presença no interior da cidade.

Em seguida, certos governantes que possuíram a independência esqueceram a sua identidade linguística e deixaram isoladas as suas línguas, dando maior prestígio às dos colonizadores e, por último, não há pesquisa que incentive o desenvolvimento das línguas étnicas (línguas próprias de cada etnia da Guiné-Bissau) existentes nos locais, bem como a estruturação gramatical destas. Sendo assim, como a língua dos colonizadores já estava pronta e estruturada em termos de escrita, além do domínio deles sobre esses países, prestigiaram a sua língua em todas as colônias. Em algumas delas, a língua portuguesa é a língua materna de grande parte dos falantes, por não haver crioulo, como é o caso de Angola (VILELA, 1999).

Os países que compõem os PALOP apresentam muitas variedades linguísticas. Para além das línguas bantu e dos crioulos, tomam o português nesses países como a língua de prestígio, um resultado de políticas e planeamento linguísticos atribuídos pelo sistema usado pelos colonialistas, isto é, a colonização portuguesa criou assim um africano de tipo novo, quer dizer eles é que decidiam e faziam tudo sobre o povo africano.

Sabemos que a língua trata da expressão cultural, ela nos identifica de uma forma ou de outra, já que os falantes não a usam apenas para se comunicar, mas também como um meio de mostrar sua cultura ou identidade. Sendo assim, a cultura portuguesa, de certa forma, manifestasse por todos os PALOP, através da política linguística usada por colonizadores e governantes.

No entanto, após a independência dos países africanos, esperava-se que políticas linguísticas fossem pensadas a respeito da situação das suas línguas locais e até que se pensasse no processo de oficializar a língua que une todos os guineenses, o crioulo, no caso da Guiné-Bissau. Fato que não aconteceu. Isso não significa, necessariamente, tirar a língua portuguesa do *status* de oficial, mas tornar a língua nacional do país oficial ao lado da língua endógena, (a língua que veio de fora) conforme processo que se encontra em andamento em Cabo Verde.

No tópico seguinte, adentramos ao contexto da Guiné-Bissau. Pretendemos discutir a relação identitária entre línguas e falantes especificando o caso do multilinguismo presente naquele país.

Línguas nativas guineenses e a identidade dos falantes

A questão das línguas na Guiné Bissau passou por situações que culminaram com o crioulo como a língua nacional e o português como oficial do país. Entretanto, antes que os colonizadores portugueses chegassem ao território nacional guineense, já havia línguas faladas pelos nativos daquela época, as línguas que estes usavam para expressar suas culturas e suas identidades locais. Assim, os nativos se comunicavam facilmente, mesmo com as outras etnias locais, por meio de intérpretes ou pela compreensão que tinham uns sobre as línguas dos outros.

Na Guiné Bissau, um país com heterogeneidade linguística como afirma Couto (1989), encontram-se cerca de 30 línguas nativas. Essas línguas, vindas de diferentes grupos étnicos, eram o meio pelo qual interagiam uns com os outros, sem que houvesse tantas dificuldades de compreensão, ainda hoje estas línguas possuem considerável número de falantes, como exemplo destacam-se as línguas: Fula (28,5%), Balanta (22,5%), Mandinga (14,7%), Papel (9,1%) e Manjaca (8,3%).

É inegável que essas línguas nativas apresentam grande importância dentro da sociedade guineense, principalmente porque elas demonstram o *status* das identidades de cada grupo étnico. Em relação a essa contraposição ao contínuo uso das línguas locais e à oficialização do português, relacionamos à fala de Bagno (2009, p.23), quando afirma que “não se pode definir o uso de uma língua em seu estado atual, com base nos seus usos feitos há dois mil anos atrás por falante de uma língua, no outro lado do mundo”.

Os falantes de línguas guineenses valorizam, sobretudo, suas línguas étnicas, pois elas existem há muito tempo, mesmo antes da chegada dos colonos portugueses. Essa escolha pela língua de uso no

cotidiano é, também, uma política linguística denominada por Spolsky (2016) como “práticas linguísticas”. De acordo com o autor, essas práticas são “escolhas e comportamentos observáveis que as pessoas fazem” (p. 35) e essas são as verdadeiras políticas linguísticas, pois impactam em todo o contexto linguístico do país.

O multilinguismo presente em Guiné-Bissau e a recusa à língua do colonizador levou o povo guineense a não aderir ou receber a língua endógena, e criou problemas linguísticos que persistem até hoje. Considerando a proibição de uso de línguas étnicas e crioulo guineense na educação e, ao mesmo tempo, a não valorização dos seus falantes nesses ambientes, entende-se que essa política linguística de valorização da língua portuguesa estabeleceu-se devido ao poder que os portugueses detinham, sem levar em conta os falantes do local.

Conforme o exposto, já que uma língua expressa a identidade e até a cultura de um povo, no caso da Guiné-Bissau, tornou-se difícil identificar-se com a língua do colono desde aquela época, pois percebia-se que os portugueses queriam divulgar as suas culturas e manter a dominação nas suas colônias usando a língua. Sendo assim, percebe-se esse choque entre os costumes locais e a cultura dominante, do colonizador.

A língua é parte dessa cultura. Assim, ela é mais do que um simples veículo da cultura ou das normas e valores culturais, ela dá forma à cultura. Como aponta Scantamburlo (1981, *apud* Couto e Embaló, 2010, p.38), “os cerca de trinta povos da Guiné começaram a sentir-se um só povo que, por exigência de luta unitária, escolheu uma língua, o ‘Criol’, a língua que nasceu com a colonização, mas que se transformou em Língua da Libertação”. Embora o crioulo e as demais outras línguas não tenham uma única forma ortográfica, elas simbolizam o povo guineense.

A identidade linguística pode ser percebida durante a conversação entre os guineenses. É muito comum encontrar a presença da língua nacional no sentido de expressar “guinendade” para alguns falantes e é por isso que, em outras palavras, a língua é forma de expressar

identidade. Isso não significa que não há vontade de se comunicar em outras línguas, todas elas têm ou apresentam fatores importantíssimos dentro da nossa comunidade de fala, no entanto, a escolha pelo crioulo é identitária, como salienta Augel (2007, p.83), “a mensagem política dos revolucionários era transmitida em crioulo e essa sua função emprestou-lhe a aura de língua da unidade nacional de detentor sociolinguístico do conceito de independência”. Nessa perspectiva, quando se trata de mexer com uma língua, você toca com a identidade de um grupo étnico, pois são as línguas pelas quais se criam sentimentos de pertencimento e que revelam a identidade e o perfil guineense perante a sociedade onde estão inseridos.

O que ocorre na Guiné Bissau é que a língua portuguesa é mais usada nas cerimônias nacionais ou nas instituições públicas, conforme língua oficial do país, principalmente quando se recebe alguma organização internacional que não fala nenhuma das línguas locais, daí que o português entra, mas, entre os guineenses a comunicação acontece com as línguas com as quais os falantes se identificam, quais sejam as línguas étnicas e o crioulo e nota-se pouca presença do português nessa conversação. Portanto essa identidade não pode ser negada ou repreendida, pois, na comunicação entre os guineenses, sempre há a presença do crioulo ou das línguas étnicas.

Um exemplo concreto da identidade guineense, ou “guinidade”, é o caso dos alunos guineenses da UNILAB, que, durante a conversação entre si, raramente falam português, é o crioulo e as línguas étnicas – no caso de encontro de uma mesma etnia - que prevalecem nas conversas dos grupos. Por esse motivo, muitas vezes, para um guineense é comum ouvir a pessoa se orgulhar do seu grupo étnico, tal como pepel, balanta, mancanha, manjaco, fula, bijagós, felupe, mandinga e demais outras, devido à afetividade que elas têm para a população local. Essa identificação e pertencimento é o que Spolsky (2016) denomina de ‘crença’ e, segundo o autor, é o que determina a língua ou variante mais importante para o falante.

Por isso, no olhar de um nativo, não é fácil criar afastamento de sua língua e isso tem servido de fator de motivação dos pais ao desejarem que seus filhos falem as línguas locais com relação às línguas estrangeiras, pois a identidade se manifesta através das línguas locais que compõem o quadro linguístico guineense. A escolha da língua a se ensinar aos filhos enquadra-se no que se chama gestão linguística familiar (a língua que os pais desejam que os filhos falem), um dos traços da política linguística.

A preservação da diversidade linguística é merecedora de maior apoio e incentivo político. Não no sentido de pegar uma das línguas e colocar em detrimento das outras, o que se pretende é conservar e mostrar o quão importante todas as línguas são para a comunidade guineense.

Foi nesse exemplo de conexão com as línguas étnicas que surgiu o crioulo, considerado como a língua nacional do povo guineense, língua mais usada atualmente no território e também a língua franca para as comunicações interétnicas, o que significa que seu domínio tende a se ampliar mais e mais, sendo adotado nas reuniões dos partidos políticos e nos encontros dos deputados dentro da Assembleia Nacional Popular, já que a presença do crioulo guineense é sempre registrada nesse ambiente.

O crioulo e as demais línguas, que são considerados como as línguas nativas, são identificadas como as primeiras línguas de contato para um grande número de guineenses. Essa conexão desde a primeira fase do indivíduo o leva a querer continuar a usar a sua primeira língua. Essa ligação dos guineenses com as línguas locais enfraqueceu o falar a língua portuguesa de forma apropriada ou de acordo com as normas gramaticais dessa língua.

Dentro do território guineense, sobretudo nas regiões que mantêm contato com a cidade Bissau, as línguas locais se mantêm presentes dentro dessa comunicação junto ao crioulo, ou seja, cada etnia fala a sua língua para se comunicar, além do crioulo, que é para comunicação geral. Neste contexto, o português não é visto como a língua local, a não ser nas

escolas ou nas informações de órgãos nacionais, como rádio, televisão etc. Então para passar à comunicação interétnica, temos de recorrer à língua crioula.

No quadro linguístico de Guiné-Bissau, vê-se que o português representa o Estado, o crioulo representa a nação as outras línguas nativas, e o próprio crioulo, representam o povo. Essa situação linguística na Guiné dificulta a aplicação de políticas linguísticas que englobem as diferentes línguas. A oficialização da língua portuguesa foi, politicamente, uma saída para evitar futuros problemas possíveis caso fosse escolhida uma das línguas como oficial.

Além disso, estrategicamente, pensando na comunicação com o mundo, a adoção de uma língua europeia já consolidada facilitaria as transações econômicas e políticas do país. Tudo isso contribuiu para que não houvesse planejamento linguístico que incluísse as demais línguas existentes em Guiné-Bissau. Sobre a língua oficial de Guiné-Bissau é o que tratamos no tópico seguinte.

A língua portuguesa como oficial na Guiné-Bissau

A língua portuguesa começou a ser difundida no continente africano a partir do século XV através das viagens realizadas para exploração e descoberta de novas terras, chegando à Guiné-Bissau entre 1446-1447 (AUGEL, 2007). Nessa perspectiva que eles deixaram a língua portuguesa como “língua de unificação”, pois seria ela a unir os diferentes povos que a utilizavam, no sentido de que todos esses países que foram colonizados por Portugal têm em comum a língua oficial, incluindo a Guiné-Bissau.

A língua do antigo colonizador português foi adotada na Guiné Bissau como a língua oficial desse país e se tornou a língua da administração, do ensino e de comunicação oficial local e internacional. É, especialmente, língua de comunicação com outros povos, pois dentro da

comunidade guineense, o português é visto como língua estrangeira (LE) ou segunda língua (L2).

Isso acontece porque Guiné-Bissau apresenta um grande número de sua população com dificuldade de se expressar e escrever nessa língua. Enquanto isso, as outras línguas que circulam no território guineense manifestam-se na forma oral e são as línguas usadas pela maioria da população no seu cotidiano.

Normalmente, para além do crioulo guineense, que nos facilita a comunicação, também precisamos de uma língua de globalização, o que levou à escolha da língua portuguesa. Há uma necessidade de se ter uma língua nesse âmbito com a qual podemos interagir com outras pessoas de outros países, nesse sentido, escolheu-se, estratégica e politicamente, a língua portuguesa.

A oficialização da língua portuguesa na Guiné-Bissau é um processo dentro das políticas linguísticas postas em prática pelos líderes da época. Devido ao quadro de multilinguismo presente no país, não seria menos complicado adotar qualquer uma dessas línguas como oficial do país, pois não havia e ainda não há planejamento linguístico dessas línguas. Pois, sabemos que o uso de uma língua não se limita à questão linguística, mas também a questões políticas, históricas e culturais. Cabral (*apud* NAMONE, TIMBANE, 2017, p.48), faz a seguinte afirmação acerca da declaração da língua portuguesa como língua oficial na Guiné-Bissau:

Para nós tanto faz usar o português, como o russo, como o francês, como o inglês, desde que nos sirva, como tanto faz usar tractores [tratores] dos russos, dos ingleses, dos americanos, etc., desde que tomando a independência, nos sirva para lavrar a terra [...] Muitos camaradas, com sentido oportunista, querem ir para frente com o crioulo. Nós vamos fazer isso, mas depois de estudarmos bem. Agora a nossa língua para escrever é o português. Afinal, o português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros [...] A língua é um instrumento que o homem criou através do trabalho, da luta para comunicar com os outros [...] Nós, Partido, se queremos levar para frente o nosso povo, durante muito tempo ainda para escrevermos para avançarmos na Ciência, a nossa língua tem que ser o português. E isso é uma honra. É a única coisa que

podemos agradecer aos tucas (Cabral *apud* NAMONE, TIMBANE, 2017, p.48).

O autor justifica a escolha da língua portuguesa pelo fato de o crioulo não possuir gramática escrita e ortografia exata. Devido a isso, tornava-se impossível de o crioulo ser escolhido como oficial do país, já que ele é usado apenas na oralidade guineense. Assim, Cabral defendia a adoção de uma língua que tenha o seu *status* social desde Guiné até no mundo fora e não somente uma língua que se limite dentro do seu território nacional.

Apesar do *status* de língua europeia, ainda assim a língua portuguesa na Guiné-Bissau atinge aproximadamente 13% dos seus falantes (COUTO, EMBALO 2010). Isso mostra que a maioria dos falantes não se identifica com essa língua, apesar de esta ser oficial no sistema educativo do país, um país cujo alto número de analfabetismo é um dos fatores que interferem no falar português, embora esse número tenha caído nos últimos anos. Namone e Timbane (2017) salientam que qualquer processo do ensino/aprendizagem exige o uso de uma língua. Porém é a política linguística do país que determina qual é a língua a se usar, mas na Guiné-Bissau essa política não inclinou as línguas locais, fator que culminou também a não aceitação da língua portuguesa do país.

Na Guiné-Bissau, nenhuma língua local tem o privilégio de ser ensinada nas escolas do país, são usadas apenas na oralidade entre as línguas locais, pois não há estudos específicos e nem pessoas de área engajadas na estruturação dessas línguas para serem usada no ensino escolar.

Atualmente, os dirigentes do país mantêm a língua portuguesa nas instituições e na educação guineense, já que enquanto parte da CPLP e dos PALOP, a situação da comunicação com o exterior é muito relevante, uma vez que o crioulo guineense não facilitaria essa comunicação de forma apropriada com os estrangeiros. Buscando essa unidade, Guiné-Bissau aprovou, juntamente com os demais países do PALOP, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com a presença do presidente da

Assembleia Nacional Popular à época, Dr. Raimundo Pereira, conforme consta no Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau (2011).

O acordo ortográfico foi uma tentativa de fortalecer a língua portuguesa e unificá-la, facilitando a escrita nos diferentes países. Na Guiné-Bissau não é comum o uso da língua portuguesa no cotidiano e esta uniformização da ortografia é algo positivo para os estudantes guineenses. No tópico seguinte, apresentamos as dificuldades encontradas por estes estudantes ao aprenderem a língua portuguesa e possíveis ações que poderiam ser postas em prática para sanar estas dificuldades.

Os fatores que interferem no falar português na sociedade guineense

Neste tópico, discutiremos os fatores que interferem no domínio da língua portuguesa por falantes guineenses. A rejeição à língua dos portugueses ocorre desde a época que os colonizadores dominaram o território guineense e implementaram as suas culturas dentro da sociedade guineense e essa cultura continuou até nos nossos dias, embora de uma forma bem distante que as condições feitas pelos portugueses antigamente. Sendo assim, torna-se muito complicado e muito difícil, para os guineenses, expressar-se em língua portuguesa.

Para a sociedade guineense, submeter-se à língua do outro tem várias interpretações e uma delas seria vista como trocar sua identidade ou mudar sua cultura. Isso criou um afastamento de parte da população nativa em relação à língua do colonizador e a pensar em algo como: interessar-se pela língua dos portugueses e ser considerado cidadão deles para quê? Se essas condições estão fora do nosso alcance! Com exceção daquelas pessoas que são chamadas de assimilados ou tiveram oportunidade de se juntar com os portugueses.

Pelo fato de que o país se encontra num ambiente de multilinguismo e a comunicação ocorre facilmente através das línguas étnicas, crioulo guineense e das outras línguas estrangeiras que circulam

no território guineense, o português tornou-se, em certa medida, dispensável à população. Para amenizar estes problemas, políticas públicas devem ser pensadas que levem em consideração o contexto de Guiné-Bissau e a presença das diversas línguas em seu território.

Com base no exposto, para confrontarmos as políticas linguísticas vigentes em Guiné-Bissau (tanto do Estado quanto de ações da comunidade ou individuais) com o ensino de língua portuguesa naquele país, questionamos alunos guineenses da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na qual os informantes foram perguntados sobre os fatores que interferem ou dificultam o aprendizado da língua portuguesa na Guiné-Bissau. A pesquisa foi realizada com 20 alunos, dos quais 10 eram alunos veteranos da universidade e 10 eram estudantes recém-chegados ao Brasil, os alunos são de diferentes cursos da Universidade. No quadro a seguir, apresentamos mais informações sobre os estudantes.

Quadro 1: Sobre os informantes

Informantes	Quantidade	Tempo no Brasil	Sexo		Cursos
			Homens	Mulheres	
Veteranos	10	Acima de 1 ano	Homens 7	Mulheres 3	2 Letras 3 Engenharia 3 Enfermagem 1 Agronomia 1 Química
Calouros	10	1 Mês	Homens 5	Mulheres 5	4 Humanidades 4 Administração 2 Agronomia

Fonte: Elaborado pelo autor.

Inicialmente, perguntamos aos alunos qual o nível que eles atribuiriam ao seu domínio em língua portuguesa (péssimo, regular, bom ou excelente) após os estudos concluídos em Guiné-Bissau. Dos vinte alunos, 9 consideram seu nível bom, 9 se autodenominaram regular e 2 disseram que seu domínio da língua é excelente. Isso demonstra que os próprios estudantes guineenses reconhecem a falha no ensino de Língua

portuguesa ao admitirem que seu domínio comunicativo na língua apresenta falhas.

Os alunos foram questionados sobre os fatores que julgam interferir negativamente e positivamente no ensino de língua portuguesa em seu país de origem. As perguntas foram:

1. Em sua opinião, quais fatores interferem **negativamente** para o aprendizado de Língua portuguesa em Guiné-Bissau?
2. Em sua opinião, quais fatores interferem **positivamente** para o aprendizado de Língua portuguesa em Guiné-Bissau?

Sintetizando, os principais problemas apontados foram:

Quadro 2: As principais causas do fraco domínio da LP pelos Guineenses

1	Pouco contato com a língua portuguesa na sociedade guineense.
2	O fato de que o país se encontra em ambiente de multilinguismo.
3	O ensino descontextualizado da língua portuguesa nas escolas.
4	O Fato de que o português é visto como língua estrangeira.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Muitas vezes o contato com a língua portuguesa é somente na escola, quando recebem a informação de que todos têm de falar português no recinto escolar. Relacionando esta causa às políticas linguísticas, enquanto língua oficial, a língua portuguesa é a língua de escolarização. Neste sentido, essa política de 'obrigatoriedade' poderia ajudar no fortalecimento da língua, porém nem todos a cumprem já que até os professores falam crioulo guineense dentro das salas. Isso acontece devido à dificuldade de compreensão por parte dos alunos que não têm contato com a língua em seu cotidiano, o que a faz parecer uma língua estrangeira.

O segundo problema apontado refere-se ao fato de que o falante guineense se depara com muitas línguas ao seu redor antes de ter contato com o português na escola. No convívio familiar, o falante tem a sua língua materna, que pode ser uma língua étnica ou o crioulo guineense. Apenas na escola há o contato com o português.

No que se refere ao ensino de português, não existe motivação para novas práticas no ensino, nem infraestrutura das escolas para este fim. Não há motivação para os alunos irem às escolas para além das matrículas que os encarregados fazem, por isso muitos abandonam a escola para seguir outros caminhos e, assim, não praticam a língua portuguesa, perdendo o único local no qual poderiam ter contato diário com a língua.

O quarto problema apontado pelos guineenses vem de longo tempo e continuou até no século atual. O português é considerado a língua dos brancos, dos colonizadores, entretanto o fato de não ter domínio da língua não é um problema, não prejudica, como dizem muitas pessoas. Esta percepção é comum na sociedade, principalmente na camada dos mais velhos; atualmente a maioria dos jovens já se preocupa bastante com estudo e formação fora do país, procuram o ensino da língua portuguesa para se aprofundar mais e possibilitar a comunicação com qualquer que seja falante da língua portuguesa.

Nesse âmbito, na fala dos guineenses, encontram-se muitas causas apontadas sobre os fatores que dificultam o aprendizado da língua portuguesa pelos guineenses tornando o desenvolvimento da língua portuguesa insuficiente, às vezes entendem, mas não sabem se expressar. No quadro a seguir, apresentamos outras causas apontadas pelos estudantes que foram questionados.

Quadro 3: Fatores que interferem no aprendizado de LP em GB.⁴

Informante A	A política escolar guineense, visto que não há uma contextualização dos programas escolares com a realidade guineense.
Informante B	O multilinguismo; a falta de leitura e exercício da língua portuguesa; uso constante do crioulo guineense até em salas de aulas, nos serviços públicos, fracasso no setor de ensino.
Informante C	A Falta de atenção suficiente por parte do estado, situação de greve escolar.
Informante D	O sistema frágil da educação, abandono de escola para outros lugares.
Informante E	Poucas aderências das pessoas no que trata da língua portuguesa, a fama de francês / inglês.
Informante F	Questões políticas, pois estes não incentivam as populações no aprofundamento, o desenvolvimento das suas capacidades em relação à língua portuguesa.
Informante G	Falta da pedagogia, falta de continuação de processo de formação dos professores locais depois de sair de CAMÕES / TCHICO TÉ.
Informante H	Não há obrigatoriedade de falar português em instituições públicas.
Informante I	A questão cultural, línguas étnicas/ o guineense usado nas aulas.
Informante J	Ensino centralizado na gramática normativa, falta de atualização de materiais didáticos, falta de investimento na capacitação dos professores.
Informante K	Falta de incentivo, pois quando uma pessoa toma decisão de falar português diariamente, surgem os opositores.

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com os dados do quadro anterior, apontamos os fatores principais que contribuem nessas dificuldades e que muitas das vezes exigem muitos esforços dos alunos para romper com isso a fim de se obter sucesso na língua portuguesa. Isso se deve ao fato de que não há

⁴ As questões apontadas são somente as que dizem respeito às políticas linguísticas relacionadas às línguas existentes em Guiné-Bissau. Algumas respostas se repetiram, portanto foram transcritas apenas uma vez. Isso justifica a quantidade de 10 respostas no quadro 1 e 11 no quadro 2.

atenção do Estado na educação e investimento nessa área a qual poderia servir de motivação para os falantes da língua portuguesa.

Relacionadas às políticas públicas para o desenvolvimento da língua portuguesa em Guiné-Bissau, em contrapartida aos problemas apresentados, os alunos apontaram as seguintes ações que podem ou poderiam minimizar tais problemas:

Quadro 4: Fatores positivos que auxiliam (auxiliariam) no aprendizado de LP na Guiné-Bissau

Informante A	Implementação de centros da língua portuguesa; a força de vontade das pessoas nos grupos de estudos de língua portuguesa criados nos bairros.
Informante B	A existência do centro cultural Brasil-Bissau/Portugal e aderência das suas metodologias de ensino.
Informante C	Incentivo dos professores aos alunos para falar português nas escolas.
Informante D	O uso diário da língua portuguesa junto ao crioulo guineense.
Informante E	A leitura frequente da língua portuguesa e familiarização com os livros de português.
Informante F	Curso médio de língua portuguesa, poesias e músicas feitas em português... Engajamento da camada juvenil em estudos da língua portuguesa e curiosidade de falá-lo mesmo com os desvios comuns.
Informante G	Aceitar as exigências das escolas sobre o uso da língua portuguesa nos recintos escolares e até nas salas de aulas.
Informante H	Iniciativa pessoal de falar português e do seu uso frequente no ambiente social, leituras constante das gramáticas, seguir as regras apropriadas que possibilitariam o desenvolvimento rápido da língua portuguesa.
Informante I	Esforço de emprego em escolas para ensinar a língua e levar os alunos a procurar mais sobre a língua portuguesa.
Informante J	Preparativos para candidatura às bolsas de estudos nos países da língua portuguesa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As políticas ou ações citadas no quadro anterior podem partir do Estado ou de iniciativas da sociedade. As associações nos bairros, quando aplicam a política linguística por seus meios, não buscam impedir as

peças de se expressarem em português, como sempre acontece, mas apresentam-se como uma forma de aproximá-las da língua portuguesa, de ter ousadia de falar no meio das pessoas. Quando uma pessoa cria o hábito de falar perante os colegas da associação, torna-se fácil de desenvolver as competências em língua portuguesa, como está acontecendo com muitas associações juvenis. Por isso que as políticas linguísticas precisam também de iniciativas de associações para ajudar na aplicação de suas decisões. Tais iniciativas ajudam bastante a desenvolver a língua portuguesa.

Além de iniciativas individuais e de associações, também há de se mencionar a cooperativa portuguesa na Guiné-Bissau através do Instituto Camões, que tem disponibilizado o ingresso dos guineenses interessados na língua portuguesa, dessa forma, ao terminarem o Liceu (ensino secundário/médio), concorrem nesse instituto para dar continuidade aos estudos para serem professores da língua portuguesa. Sendo assim, após o Ensino Médio já conseguem ser colocados nas escolas locais para ensinar a língua portuguesa.

Outra instituição que forma professores de Língua Portuguesa é o Tchico Té (Escola Normal Superior de Educação), que se diferencia do Camões por não abordar apenas a língua portuguesa, abrangendo outras áreas de atuação. Há grande interesse pela língua portuguesa atualmente na Guiné- Bissau, o que se percebe em vários locais de ensino de português. Há, porém, a necessidade de que a formação oferecida por essas instituições seja continuada e reforçada após o ingresso dos professores nas escolas.

Iniciativas que reforcem o ensino e aproximem o falante guineense da língua portuguesa, bem como ações que coloquem a língua oficial como meio de crescimento pessoal e profissional (programas de intercâmbio) devem ser postas em prática pelo governo local através de um bom planejamento linguístico e social, sem desconsiderar a riqueza linguística presente no território guineense.

Todas as políticas e ações mencionadas anteriormente não impedem que os alunos guineenses cheguem às universidades com dificuldade na língua portuguesa. Pode acontecer até o caso de não entenderem os professores ou não serem entendidos por estes, o que causa dificuldades nos seus primeiros momentos em outro país.

A não identificação com a língua portuguesa cria barreiras e dificuldades de interagir com outros povos, mas, felizmente, no decorrer do tempo tais dificuldades são superadas. Entretanto, constatou-se nos questionários que a maioria dos informantes afirma ter pouco contato com a língua portuguesa e isso interfere negativamente para o aprendizado guineense na língua portuguesa e causa uma fuga para o crioulo guineense ou as línguas étnicas, para facilitar a comunicação e o aprendizado.

Considerações finais

Nesse trabalho, buscamos discutir as políticas linguísticas relacionando-as ao contexto linguístico de Guiné-Bissau. Abordamos as relações entre língua e identidade nesta comunidade a fim de apontar causas para o fraco desempenho de estudantes guineenses no domínio de língua portuguesa, oficial no país. Política linguística aqui entendida como intervenção do Estado, organização e associações que tomam decisões sobre o uso de determinadas línguas e aplicam ações para que estas decisões sejam postas em prática.

A partir da discussão estabelecida, buscamos apontar os fatores que interferem no falar português na sociedade guineense. Para o levantamento desses fatores, contamos com a opinião de estudantes, através de questionários, nas quais foram apontadas algumas possíveis razões dessas dificuldades na sociedade guineense.

A situação política do país e as políticas linguísticas adotadas pela Guiné-Bissau não favorecem o desenvolvimento do setor de ensino de

língua portuguesa; o ensino focalizado nas gramáticas e normas vigentes na variedade de Portugal; a não valorização das diversas línguas faladas em Guiné-Bissau; a imposição de uma língua que não é a materna dos falantes e com a qual só se tem contato na escola são alguns fatores que explicam as dificuldades dos guineenses.

Pensando em possíveis políticas que possam sanar ou amenizar tais dificuldades, foram apresentadas também as possibilidades de superar os fatores negativos que interferem o aprendizado da língua portuguesa por parte dos guineenses, por exemplo: intensificar o contato com a língua portuguesa, através de bibliotecas e cursos que viabilizem o uso diário da língua juntamente à língua guineense (crioulo).

É preciso fortalecer a contribuição das embaixadas do Brasil e de Portugal através de pesquisas que tenham como objetivo adequar o ensino de português ao contexto de Guiné-Bissau, tendo em vista que esta língua é para os guineenses uma língua adicional e não língua materna destes falantes. Tais ações devem partir não apenas do governo guineense, mas devem ser tomadas em conjunto com organizações, embaixadas, associações e a própria comunidade guineense com o objetivo de fortalecer a língua portuguesa no país, no entanto sem esquecer a língua nacional. Medidas que relacionem as diversas línguas e que considerem suas peculiaridades se fazem necessárias na Guiné-Bissau. Tais medidas fortaleceriam o contexto linguístico peculiar do país e, conseqüentemente, também a língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro:** nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Editora Garamond, 2007

BAGNO, Marcos; BEZERRA, MIGUEL. **Não é errado falar assim!:** em defesa do português brasileiro. Parábola, 2009.

BARBOSA, José Augusto. **Língua e desenvolvimento:** o caso da Guiné-Bissau. 2015. Tese de Doutorado.

COUTO, Hildo Honório. O crioulo guineense em relação ao português e às línguas nativas. **Linguística**. v. 29, n. 1, p. 107-128, 1989.

COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau. **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 20, p. 11-253, 2010.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. Tradução de Roberto Machado. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p.179-192.

GARCEZ, Pedro de Moraes; SCHULZ Lia. Revel na Escola: do que tratam as políticas linguísticas. **Revel**. v. 14, n. 26, 2016. [Www.revel.inf.br]

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. **Mandinga-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 1, n. 1, p. 39-57, 2017.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].

OLIVEIRA, Gilvan Muller de et al. **Política Linguística, Política Historiográfica**: Epistemologia e escrita da História da (s) Língua (s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional (1754-1830). 2004.

República da Guiné-Bissau. **Boletim Oficial**. 3º suplemento. N.41. Bissau, 2011.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) Linguística(s) e questões de poder. **Alfa**. São Paulo, 2013. P. 451-473.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. [www.revel.inf.br].

TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato; ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo. As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno em África. **Sociodialecto**. Campo Grande, v. 5, n. 13, p. 178-202, 2014

VILELA, Mário. A língua portuguesa em África: tendências e factos. **Africana Studia**. N. 1. 1999. P. 175-195.